

MAI E MNE IMPEDIRAM ACTIVIDADES DA RENAMO

C Ministério da Administração Interna impediu ontem uma reunião da Resistência Nacional Moçambicana com a imprensa num hotel de Lisboa.

Dois subchefes à paisana do Comando Geral da PSP interromperam o encontro a meio, exibindo uma «cópia de um despacho assinado pelo coronel Matoso Ramalho, segundo uma directiva conjunta dos ministérios da Administração Interna (MAI) e dos Negócios Estrangeiros (MNE).

A directiva afirmava que, por «indicação verbal», a polícia teve conhecimento desta conferência de Imprensa por elementos contrários ao Governo da República Popular de Moçambique.

O representante da RENAMO, Jorge Correia, pro-

testou contra a proibição do Governo português, considerando-a uma violação do direito de expressão consagrado na Constituição.

Jorge Correia afirmou antes do encontro ser interrompido pela polícia que a RENAMO efectuou conversações secretas, na semana passada, com oficiais superiores das forças armadas moçambicanas, num país vizinho, com vista à cessação das hostilidades e à busca de uma solução negociada para a guerra civil.

O representante da RENAMO para a Europa avisou os estrangeiros residentes em Moçambique para «abandonarem» o país, pois poderão ser alvo de ataques no âmbito da «guerra total»

em curso.

«Antes do Governo moçambicano assinar o Pacto de Incomati com a África do Sul, Maputo acusava a RENAMO de ser uma organização fantoche de Pretória mas agora são eles próprios que estão na mão da África do Sul», disse Correia, acrescentando que «Samora Machel é um moleque da África do Sul».

A RENAMO declarou possuir neste momento em cativeiro dois cidadãos soviéticos, um do Sri Lanka e três outros cuja nacionalidade não revelou.

O movimento rebelde declarou que o acordo recentemente assinado com a URSS terá de ser renego-

ciado antes destes dois cidadãos serem libertados, pois Moscovo não cumpriu o segundo ponto do acordo, que previa o fornecimento de armas aos guerrilheiros da organização.

O primeiro ponto, que foi cumprido pela URSS, obrigava este país a remeter os seus cidadãos para Maputo, de onde seriam posteriormente retirados.

A RENAMO anunciou também o início de uma operação militar denominada «cacimbo ardente», destinada a apertar o cerco a Maputo.